

Recomendação

PROMOVER O ESTUDO E IMPLEMENTAÇÃO DE LOCALIZAÇÕES ALTERNATIVAS À LOCALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE TRAÇÃO EM RUNA

Considerando que:

1. Foi devido à ação popular dos runenses que se colocou de novo na agenda a localização da subestação de tração em Runa, que motivou uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, cujo resultado nos afigura duvidoso. Falou-se num acordo, mas desconhecemos que tipo de acordo e com quem.
2. Das diversas propostas de localização que têm vindo a ser discutidas, a que parece ter colhido junto da IP é a deslocação da estrutura 50 metros mais acima.
3. Essa solução, mantém todos os impactes anteriormente verificados e piora ainda a aproximação à zona arqueológica de Penedo, para além de ser difícil visualizar por onde passarão os postes de muito alta tensão sem causarem um enorme impacto paisagístico e até demasiada proximidade a Penedo.
4. A proximidade a habitações mantém-se, com os riscos de ruído, próprio destas linhas e estruturas; com o eletromagnetismo e também o risco de acidentes com as linhas e torres, mesmo em cima da malha urbana. Os riscos para a saúde não estão fechados cientificamente, mas não nos podemos esquecer também o risco percecionado pelos habitantes e o impacto de possíveis acidentes. A lei prevê afastamento de habitações de 45 metros, estudos credíveis falam de 50 a 100 metros como prevenção.
5. Para além das questões de saúde pública a integridade da zona histórica fica em causa, sem a realização de estudos no terreno. A paisagem mantém os elevados impactos que já o Estudo de Impacto Ambiental falava. O turismo de natureza, passeios pedestres e o desenvolvimento de Runa como destino de natureza e património ficam também altamente condicionados.
6. A solução alternativa não é credível, sendo que todos estes impactos estavam assinalados na proposta escrita apresentada na reunião, não se percebendo, como lá apareceu e porque foi escolhida, dado referir todos os impactos negativos.
7. A solução só pode passar por encontrar uma nova localização, mais afastada da povoação.
8. A Infraestruturas de Portugal tem responsabilidade de estudar diferentes localizações, como aliás a Agência Portuguesa do Ambiente lhe solicitou, em sede de parecer ambiental, e que a IP ignorou.

9. A população já apresentou ideias que devem ser ouvidas e tidas em conta, mas cabe à empresa fazer estudos sérios e levar a cabo essa iniciativa, tendo em conta as forças locais e movimentos de runenses.
10. Trata-se de um processo onde o progresso não pode ignorar as pessoas que terão de viver o seu futuro, com as consequências de uma estrutura que pode muito bem ser construída noutros locais.
11. Há zonas junto à ETAR, há zonas a sul para lá da Quinta da Casaboa, junto à linha, enfim, precisamos de firmeza dos nossos autarcas e não dar ao assunto como fato consumado numa resignação que já nos trouxe a esta situação.
12. Por tudo isto é urgente uma posição firme da autarquia na salvaguarda dos interesses em causa e das populações afetadas.

Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:

1. Assuma publicamente e transmita às entidades competentes, que os torrienses não estão resignados nem satisfeitos com as atuais propostas junto a zonas habitacionais e com os impactes negativos conhecidos;
2. Ouça efetivamente a população de Runa e Penedo e os seus movimentos e organizações, estando ao lado dos seus munícipes e tire consequências do sentir e das propostas dos habitantes;
3. Desenvolva todos os esforços, para que se implemente a Subestação numa outra localização e se encontrem soluções de menor impacto, através de estudos credíveis e fundamentados, onde a eliminação dos impactos negativos e o futuro de Runa sejam o fator principal de decisão.

João Rodrigues
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda